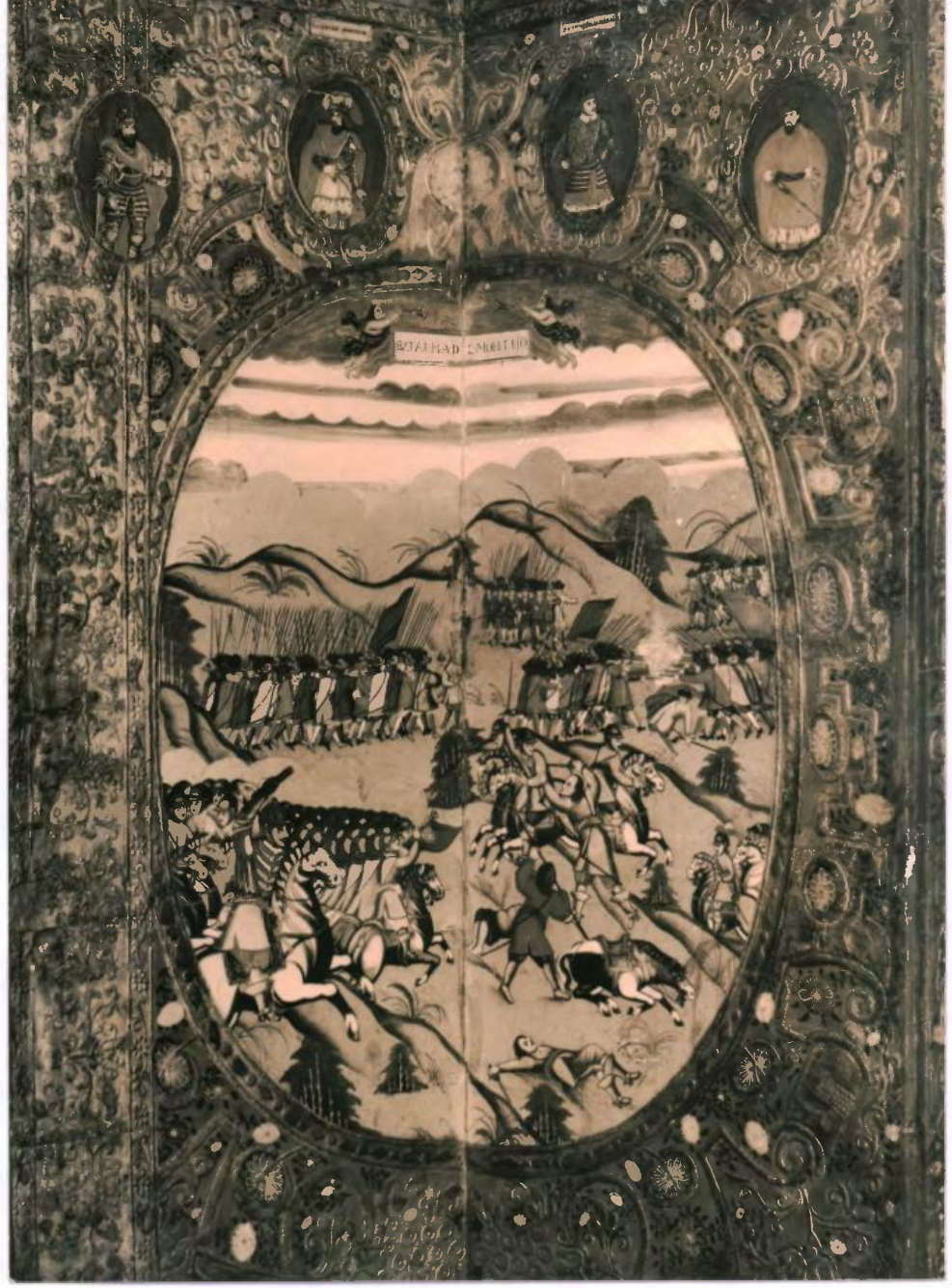


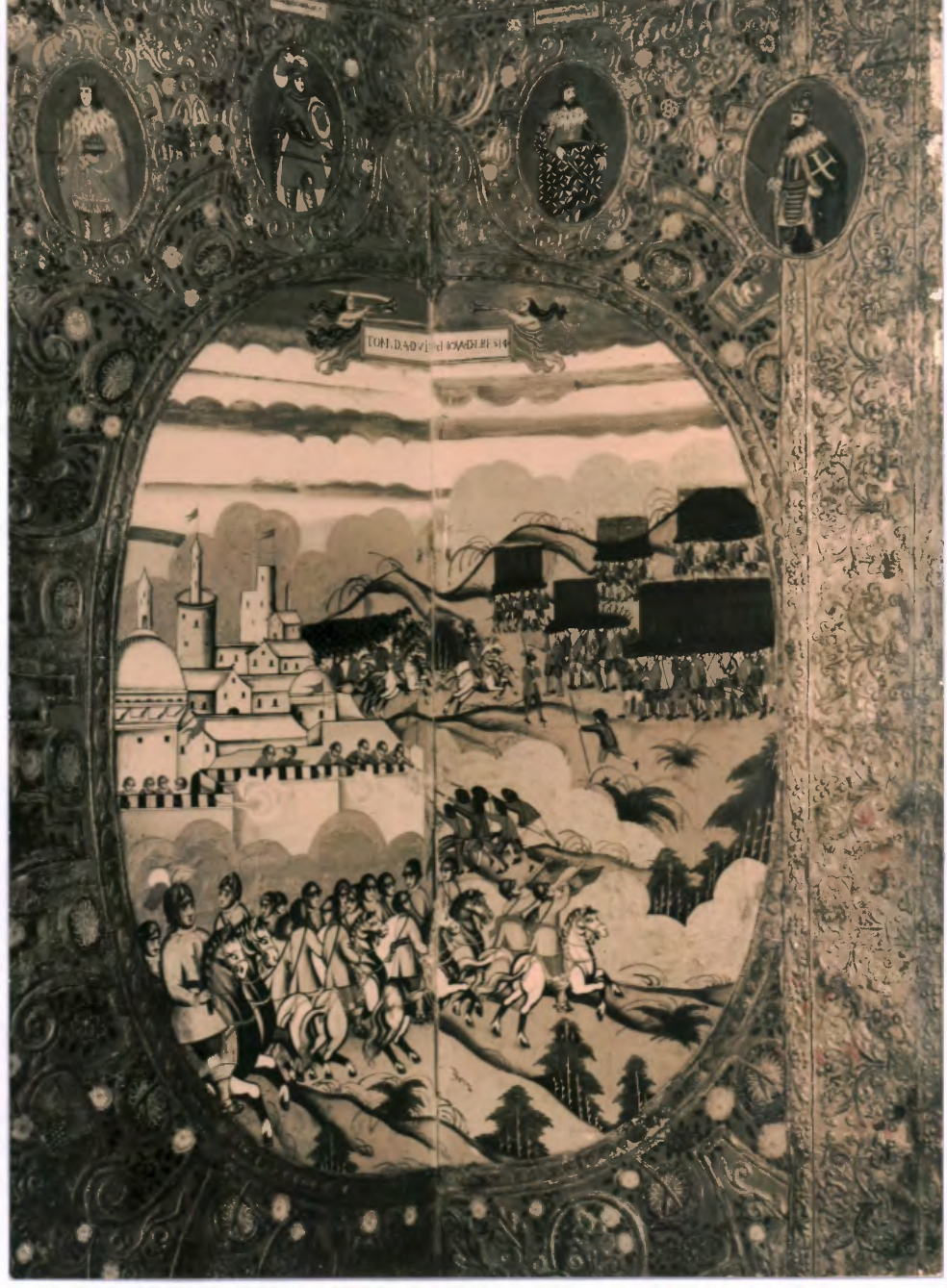
1) BOMBOOS
ORIENTALIS
DAS
CARBONS

HUMAD... JALCON-EL









ILAMA - 17/2/67

Com. P. H. Vello

BOMBO Cordes Cabedo (Municipal)
Oficinas ilustradas n.º 286
Itéris - 3/12/1933

Celda Andelesa (2ª)

214. m. p. Cu. } 1 vol. e. p. u.
214. cal

2 l. Oleo Pomonal

No uiveris para tudo; todo o ano para
peride

BLOMBO

MT. ILUSS. n.º 286

a série de 3/12/33

História de Portugal
A. Pimenta

BRICABRACAQUÊ

Documentação plástica da vida militar



MA das minhas filhas, indo em passeio escolar pelo Minho, traz-me de Barcelos pequeno boneco de barro, — de fabri-

co recentíssimo — que representa um soldado com farda e bivaque de mescla cinzenta, em posição de caminhar, levando ao ombro um saco esbranquiado, seguro com a mão direita, e agarrando na esquerda a asa dum garrafão. Tendo vivido em pequeno na cidade de Elvas, cedíssimo entrou comigo o interesse pelas coisas militares, que nesse tempo formavam o ambiente da velha praça de guerra. Bastou-me olhar para o boneco, e logo verifiquei que os oleiros barcelenses copiam tranquilamente os modelos das figuras soldadescas de há uns anos, sem reparar em que, de então para cá, a indumentária do Exército se transformou por completo. O galucho representado no boneco enverga um fardamento que estava apoximadamente certo há cerca de seis anos — fazenda de mescla cinzenta, semelhante à que se principiou a usar quando Portugal interveio na Guerra de 1914-1918 — mas que presentemente se não usa nos nossos regimentos. Essa cor cinzenta era quase a dos fardamentos de serviço aparecidos pela primeira vez no reinado de D. Manuel II e a que se deu por causa da tonalidade, a designação de **loíça esmaltada**. Mas esse tecido era simples cotim de algodão, económico e invisível a certa distância. Ainda são desse tecido as fardas de serviço e de Verão da G.N.R.

Peço desculpa destas recordações de há mais de meio século, mas quero crer que o leitor concordará comigo, ao menos em dois pontos — o de que o saber não ocupa lugar e o de que já é tempo de os oleiros da região de Barcelos actualizarem a indumentária dos seus simpáticos soldadinhos.

Bem sei que, não existindo guarnição militar na cidade ducal, haverá barristas que se não aperceberam da mudança dos fardamentos. Mas não seriam necessários largos estudos para fazer essa actualização. A Norte de Barcelos fica a cidade de Viana e a de Braga a nascente. As distâncias não são de matar. Na primeira cidade está aquartelado o Batalhão de Caçadores n.º 9 e na segunda o Regimento de Infantaria n.º 8. Assim, com toda a facilidade poderiam os barristas copiar os actuais figurinos da nossa tropa.

Mas o que parece imobilismo pode ser coisa diversa. Não me repugna admitir que os oleiros actuais — fabricantes dessas figuras — tenham feito o serviço militar quando os uniformes de mescla cinzenta ainda estavam em uso. Sendo assim, a permanência dessa indumentária nos bonecos de hoje tem explicação perfeitamente razoável no apego à farda que um dia envergaram.

Caso de fixação de uniformes há muito ultrapassada encontra-se também nos bonecos de Estremoz. O facto, contudo, resulta de essa escultura popular alentejana ter decaído a ponto de chegar a extinguir-se pelizmente há alguns anos. O reatamento da tradição artística de Estremoz foi obra benemérita, pois a antiga produção remontava pelo menos ao século XVIII, ao período em que já vigoravam os uniformes estabelecidos em 1764. Conheço três exemplares, somente pelas reproduções no livro *Alentejo à Janela do Passado*, escrito por João Rosa, e olhando para as estampas sou

★ ★ ★ Por CARLOS DA SILVA LOPES ★ ★ ★



Obus, de bronze fundido em Lisboa em 1773, com reparo de madeira esculpida e pintada — trabalho dum artífice chinês, presumivelmente executado em Macau (Da colecção do Museu Militar — Lisboa)

levado a crer que esses bonecos militares eram pintados com as cores próprias das unidades aquarteladas na região. Quem se dê ao trabalho de procurar pelo Alentejo, entre a velha bonecagem ainda existente, a representativa de soldados e oficiais, talvez encontre muitas figuras de militares cujas unidades sejam identificáveis pelas cores do uniforme.

Deixando o sector da arte dos barristas, notarei que embora não sejamos dos mais ricos em representações militares, ainda temos bastantes, algumas de grande mérito artístico, outras — a maioria — de simples valor documental. Na estatuaría tumular há belos jacentes — por exemplo o de Diogo de Azambuja, na Igreja de Montemor-o-Velho. É trabalho quinhentista do escultor Diogo Pires, o Moço, valioso como obra de arte e como documento para o estudo das armaduras. Outros jacentes poderia citar, mas dispensamo-me de o fazer pela razão simples de que não estou a elaborar um inventário das estátuas tumulares representativas de guerreiros. Cronologicamente anterior é merecedora de referência a estátua do cavaleiro medieval que se encontra exposta no Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra, e que provém da capela dos Ferreiros, em Oliveira do Hospital. É obra talvez do século XIII, esculpida em pedra calcária da região de Coimbra. Outra escultura de grande importância é a de *Cristo no Túmulo*, igualmente no museu aludido, obra da transição do século XIV para o XV, que António Augusto Gonçalves considerava trabalho excepcional, de grande apreço. Quem a fez mantinha-se fiel a padrão escultórico muito anterior. No plinto, algo recuadas, estão figuras de guerreiros adormecidos, reclinados sobre o lado direito, com as cotas de malha vestidas e segurando armas e escudos. Esses soldados, contemporâneos de D. João I, possuem também grande interesse documental.

Na segunda metade do século XV, D. Afonso V mandou fabricar na Flandres as espectaculares tapeçarias representativas da tomada de Arzila, obras de grande valor artístico e importantíssimas como docu-

mentos plásticos das tropas da época. Presume-se que os cartões dessas tapeçarias foram feitos em Portugal, por Nuno Gonçalves. A exactidão de certos pormenores leva realmente a crer que os cartões — fosse qual fosse o artista encarregado de os fazer — tivessem ido de Portugal. Série também importantíssima, ligada não às campanhas do Norte de África, mas às da Índia, é a respeitante aos feitos de D. João de Castro. Foi estudada, por Luis Keil, que sobre elas publicou em 1928 um valioso trabalho. Essas tapeçarias foram fabricadas em Bruxelas. Como as da tomada de Arzila, juntam o mérito artístico ao interesse documental. Outras séries ligadas a acções militares desapareceram ou estão dispersas. Mas neste sector da arte ou nos outros, são excepcionais as peças desta categoria. Na generalidade dos casos, o interesse documental está bastante acima do valor artístico.

Há, porém, uma actividade a considerar em particular — a dos fundidores de artilharia — profissionais que uniam a competência técnica aos dotes artísticos. Já no século XVI se fabricavam bocas de fogo interessantíssimas pela decoração que apresentavam. E nos dois séculos seguintes, esses profissionais continuaram a produzir belos exemplares, que fazem da colecção reunida em Lisboa, no Museu Militar, uma das mais ricas do mundo. Não tínhamos fundidores de artilharia somente em Portugal. Muitos exemplares saíram das fundições ultramarinas, onde também havia bons artistas. E até acontecia que, nos arsenais longínquos, o trabalho dos naturais embelezava as bocas de fogo enviadas de Portugal. É esse o caso dum obus, fabricado em Lisboa sob a direcção do tenente-coronel Bartolomeu da Costa, e que tem um reparo de madeira esculpida e pintada, obra de artífice chinês, presumivelmente executada em Macau. Este exemplar conserva-se no Museu Militar e figurou, em 1957, na Exposição realizada no Museu Nacional de Arte Antiga, por ocasião do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Na mesma exposição foram incluídas mais três bocas fabricadas no Ultramar: uma na China, certamente em Macau,

em 1679, outra na Índia, outra em Angola, ambas elas no século XVIII.

A Guerra da Aclamação, só terminada em 1668, não deixou recordações plásticas da craveira das tapeçarias mencionadas. Conhece-se um biombo que figurou recentemente na III Exposição de Antiquários e que foi estudada, há uns trinta anos, pelo erudito Gastão de Melo de Matos — uma porção de desenhos e de estampas e pouco mais. Só no sector da azulejaria há a mencionar os painéis que revestem uma das salas do Palácio Fronteira, em Lisboa, curiosíssimos no seu género. Representam combates contra as tropas espanholas. Refiro-me, é claro, a espécies coevas ou relativamente próximas dessa guerra prolongada. Em época já muito afastada os acontecimentos seriam retomados por alguns artistas. No século XIX, Domingos António de Sequeira pintou no Palácio de Mafra, na Sala da Audiência, diversas cenas evocativas dos combates, simulando baixos-relevos.

Ao mesmo tempo que defendíamos as fronteiras deste canto da Europa, sustentávamos guerra no Brasil, contra os Holandeses, e em Angola contra estes e contra as tropas do rei do Congo, arvorado em inimigo de Portugal. Da guerra congoleza ficaram recordações plásticas muito próximas, em dois desenhos que ilustram a *História das Guerras Angolanas* — de António de Oliveira Cadornega — manuscrito em dois volumes existente na Biblioteca Nacional de Paris. Um deles representa as reduzidas forças portuguesas, formadas em quadrado, a combater em campo raso contra as do rei do Congo. A outra mostra a nossa gente marchando sem desmanchar o quadrado. O leitor encontrará reproduções destes desenhos no livro do falecido Gastão de Sousa Dias, *A Batalha de Ambuila*, publicado em 1942. Ai encontrará também reproduzidos os azulejos setecentistas que decoram a ermida de Nossa Senhora da Nazaré, em S. Paulo de Luanda, representativos da mesma acção militar.

Esse combate, travado no lugar de Ulanga, junto às Pe-

dras de Ambuila, no alto de Loge, feriu-se no dia 29 de Outubro de 1665. Comandava os nossos 360 soldados e o reforço de seis a sete mil nativos fiéis a Portugal o angolano Luis Lopes de Sequeira, nascido em Luanda e filho de outro oficial destemido morto numa revolta em 1645. Do lado do rei do Congo, um total de cerca de cem mil homens, exército contituido pelas forças de alguns potentados africanos que ostentavam sonoros títulos nobiliárquicos — os duques de Bamba, de Bata e de Sundi, os marqueses de Bumbi e de Pemba e o conde do Sonho... A desproporção dos efectivos não desanimou os 360 homens de Luis Lopes de Sequeira, que na maioria haviam combatido no Alentejo. Mantiveram-se firmes no quadrado e derrotaram por completo a multidão dos inimigos. Como sempre, a qualidade venceu a quantidade

No século XVIII, a partir da guerra de 1762, aparece-nos um género de trabalho mais de carácter utilitário que propriamente artístico, mas de real valor como subsídio para a identificação das figuras representadas em certas obras de arte. Aludo aos livros de uniformes, que principiaram a existir em 1763 e se prolongaram pelo século XIX, através dos sucessivos planos de fardamento. Esses figurinos, acompanhados das tabelas das cores regimentais, revestem interesse extraordinário para o estudo, infelizmente tão desprezado, da nossa indumentária militar. Desse desprezo resultam identificações indefensáveis. De que é exemplo certo desenho de Sequeira que representa um oficial com o posto máximo de coronel, mas que é habitualmente reproduzido como retrato do marechal Berestford, que entrou para o nosso exército como oficial-general. Ao leitor distraído que não se aperceba do erro direi que, na época do desenho, os oficiais-generais usavam chapéu armado e não a barretina que o militar tem na cabeça.

Os elementos a que me referi interessam também a história das unidades no período que antecede a numeração decretada em 1806. Dão-nos, pois exemplo, as mudanças de sede quanto a alguns regimentos, que sendo conhecidos pelos nomes da cidade e vilas aparentam uma inamovibilidade que, de facto, não existia. Caso curioso é o do Regimento de Dragões de Aveiro, que deve ter estado aquartelado na terra durante algum tempo, mas que em 1764 se encontrava em Penamacor. No ano seguinte, tinha passado para Torres Novas. Em 1777 tinha o nome de Regimento de Cavalaria de Castelo Branco, sinal de que ali estaria. Mas em 1788 aparece de novo em Torres Novas, encontrando-se, a partir de 1791, destacado em Santarém. Na reorganização de 1806 foi-lhe dado o número 10. Este caso mostra que os regimentos podiam ter o nome dum terra e estarem aquartelados noutra muito afastada. Foi o que sucedeu ao primeiro Regimento de Artilharia do Porto que, tendo o nome desta cidade, foi instalado em Valença do Minho logo a seguir à publicação do decreto que o criou, datado de 12 de Setembro de 1763.

Estas rápidas notas exemplificam suficientemente o interesse que as artes plásticas podem revestir para os estudos histórico-militares. Como os conhecimentos humanos têm certa solidariedade, também um problema artístico pode ser resolvido por quem possua algumas luzes relativas à militância de outros tempos.